

também incentivo fiscal

Plano de Bresser mudará

BRASÍLIA — O Plano de Consistência Macroeconômica em elaboração no Ministério da Fazenda prevê um corte em torno de CZ\$ 100 bilhões, entre este ano e 1988, em incentivos fiscais, subsídios e encargos da dívida externa, de modo a elevar a participação da carga tributária líquida (carga tributária menos gastos com incentivos fiscais, subsídios e encargos da dívida) dos atuais 9% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

A informação foi dada ontem pelo secretário-geral do Ministério do Planejamento, Michal Gartenkraut, após discutir a questão do déficit público em longa reunião presidida pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, com técnicos da Fazenda e do Planejamento. Segundo Gartenkraut, a redução da carga tributária líquida — que há 10 anos era de 17% do PIB — é essencial

para atenuar o déficit, aliada a reajustes (reais) dos preços e tarifas públicas acima da inflação.

Explicou que elevar a carga tributária líquida não significa, necessariamente, aumentar impostos, como deu a entender o ministro Bresser Pereira, em entrevista na última terça-feira. De acordo com Gartenkraut, os encargos da dívida interna (não incluídos os gastos das empresas estatais) somam, atualmente, 3% do PIB, mesmo nível de participação de subsídios.

— A redução da carga tributária líquida não vai prejudicar o setor privado nem causar distorções na economia, porque estaremos recuperando a carga tributária em setores que estão se beneficiando de subsídios e incentivos fiscais em prejuízo dos recursos do Tesouro e do adequado funcionamento da economia — concluiu.